

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

### 3º QUADRIMESTRE DE 2013

AUDIÊNCIA PÚBLICA □ AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

**REALIZADA EM 25/02/2014.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2013, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais, publicados no Átrio Municipal e no site [www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

#### 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2013, o resultado primário foi de R\$ 963.460,88. Esse valor é superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -810.700,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 95.745,72 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias □ representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos □ que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 12.621.414,28, correspondendo a 89,38% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias □ representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos □ que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 11.657.953,40. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário acima da projeção para o período.

#### QUADRO 1 □ RESULTADO PRIMÁRIO

<b>RECEITA</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>13.684.495,00</b>	<b>13.574.354,81</b>	<b>99,20</b>
(-) Rendimentos de Aplicações	872.000,00	358.467,61	41,11
(-) Deduções da Receita Corrente	1.823.040,00	1.771.571,44	97,18
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>10.989.455,00</b>	<b>11.444.315,76</b>	<b>104,14</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>43.500,00</b>	<b>1.194.463,76</b>	<b>2.745,89</b>
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	22.000,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	15.000,00	17.365,24	115,77
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>6.500,00</b>	<b>1.177.098,52</b>	<b>18.109,21</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1 2)</b>	<b>10.995.955,00</b>	<b>12.621.414,28</b>	
<b>DESPESA</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.920.698,00</b>	<b>10.069.021,96</b>	<b>101,50</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	6.800,00	6.058,94	89,10
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>9.913.898,00</b>	<b>10.062.963,02</b>	<b>101,50</b>
	<b>659.257,00</b>	<b>1.684.677,16</b>	<b>255,54</b>
<b>Despesas de Capital</b>			
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	91.500,00	89.686,78	98,02
<b>5 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>567.757,00</b>	<b>1.594.990,38</b>	<b>280,93</b>
<b>6 Despesas Primárias Líquidas (4 5)</b>	<b>10.481.655,00</b>	<b>11.657.953,40</b>	<b>111,22</b>
<b>7 Saldos de Exercícios Anteriores</b>		<b>1.092.002,24</b>	

#### Observações:

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 462/2009 (MTDF), na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestre, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.
- b) Também, de acordo com a referida norma, **os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de**

**referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário,** pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores, tais valores correspondem àqueles informados no campo 7, no demonstrativo a cima.

## 2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluída as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2013 no montante de R\$ 11.904.955,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$ 12.997.247,13, tendo sido arrecadado, portanto, 109,18% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 11.904.955,00, constante na programação financeira que considerou as estimativas de receitas, demonstra-se superávit de 9,18%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas de capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 2.745,89% da programação anual.

### QUADRO 2 □ DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Ano
<b>1 □ Receitas Correntes</b>	<b>13.144.495,00</b>	<b>13.144.495,00</b>	<b>12.993.673,83</b>	<b>98,85</b>
Receita Tributária	531.000,00	531.000,00	<b>696.812,60</b>	<b>131,23</b>
Receita de Contribuições	271.000,00	271.000,00	<b>272.446,63</b>	<b>100,53</b>
Receita Patrimonial	875.315,00	875.315,00	<b>387.943,90</b>	<b>44,32</b>
Receita Agropecuária	500,00	500,00	<b>780,00</b>	<b>156,00</b>
Receita Industrial	0,00	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita de Serviços	45.000,00	45.000,00	<b>69.350,56</b>	<b>154,11</b>
Transferências Correntes	11.347.980,00	11.347.980,00	<b>11.420.767,84</b>	<b>100,64</b>

Outras Rec. Correntes	73.700,00	73.700,00	<b>145.572,30</b>	<b>197,52</b>
<b>2 <input type="checkbox"/> Receitas Intra-orç</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>580.680,98</b>	<b>107,53</b>
Contrib.Intra-Orçamentaria	540.000,00	540.000,00	<b>580.680,98</b>	<b>107,53</b>
<b>3 <input type="checkbox"/> Receitas de Capital</b>	<b>43.500,00</b>	<b>43.000,00</b>	<b>1.194.463,76</b>	<b>2.745,89</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	22.000,00	22.000,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amort. de Empréstimos	15.000,00	15.000,00	<b>17.365,24</b>	<b>115,77</b>
Transfer. De Capital	5.000,00	5.000,00	<b>1.141.173,02</b>	<b>22.823,46</b>
Outras Rec. De Capital	1.500,00	1.500,00	<b>35.925,50</b>	<b>2.395,03</b>
<b>4 (-) Deduç. da Receita</b>	<b>1.823.040,00</b>	<b>1.823.040,00</b>	<b>1.771.571,44</b>	<b>97,18</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>11.904.955,00</b>	<b>11.904.955,00</b>	<b>12.997.247,13</b>	<b>109,18</b>

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 13.144.495,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 12.993.673,83, ficando a baixo 1,15% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Transferências Correntes e as Receitas tributárias, que figuraram, respectivamente, com 74,49% e 5,36% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes, que apresentaram variação positiva correspondendo a 154,11% e 197,52%, respectivamente do valor projetado para o exercício.

### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 696.812,60, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 531.000,00, representa uma realização de 131,23% da projeção para o período, o qual corresponde ao anual.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o I P T U arrecadou 101,82% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 155.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 163.287,45 (dedução de R\$ 5.461,83), Saldo Líquido R\$ 157.825,62. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada positivamente pela atualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 95.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 179.925,00, 189,39% do valor previsto para 2013. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um acréscimo de 22,69% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 208,900,33, o que representa 130,56% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implantação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a atualização da legislação municipal, face às alterações provocadas pelas Leis Complementares nº 116/2003 e nº 123/2006.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 63.184,71, contra uma projeção de R\$ 56.000,00. Arrecadou-se, portanto, 112,83% da meta anual.

Não houve arrecadação de Receitas de Contribuições no exercício de 2009.

**QUADRO 3 □ RECEITAS TRIBUTÁRIAS □ PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Impostos</b>	<b>475.000,00</b>	<b>633.627,89</b>	<b>133,40</b>
I P T U	155.000,00	163.287,45	105,35
I R R F	65.000,00	81.515,11	125,41
I T B I	95.000,00	179.925,00	189,39
I S S Q N	160.000,00	208.900,33	130,56
<b>Taxas</b>	<b>56.000,00</b>	<b>63.184,71</b>	<b>112,83</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	34.500,00	37.840,72	109,68
Taxas p/ Prestação de Serviços	21.500,00	25.343,99	117,88
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>531.000,00</b>	<b>696.812,60</b>	<b>131,23</b>

**2.1.2 Receita de Contribuições**

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 272.446,63, correspondendo a 100,53% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da contribuição do servidor ativo para o RPPS e registraram uma arrecadação de R\$ 234.032,28, correspondendo a 104,04% da projeção inicial.

**QUADRO 4 □ RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES □ PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Previsto</b>
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>225.000,00</b>	<b>234.227,28</b>	<b>104,10</b>
Contribuições Previdenciárias	225.000,00	234.227,28	104,10
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>46.000,00</b>	<b>38.219,35</b>	<b>83,09</b>
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	46.000,00	38.219,35	83,09
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>271.000,00</b>	<b>272.446,63</b>	<b>100,53</b>

Fonte:

### 2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios  FPM , que realizou R\$ 5.869.472,71 no período, correspondendo a 91,21% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional  STN , a qual estimou uma variação positiva referente às transferências aos Estados e Municípios. Em virtude de isenções e diminuições de alíquotas por parte do Governo Federal as previsões não se confirmaram ocorrendo uma queda de arrecadação.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96  Lei Kandir  realizou 99,10% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Transferências de Convênios com a União demonstraram um realizado de R\$ 97.500,00. (Convênio Ministério da Agricultura-Calcário).

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 2.679.809,43, ou seja, 105,30% da expectativa inicial, que era de R\$ 2.545.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que é de 0,44522%, também, da atividade econômica no Estado e pela antecipação em 30 de dezembro de 2013.

As Outras Receitas Correntes registraram o montante de R\$ 145.572,30 contra uma previsão de R\$ 73.700,00. As maiores arrecadações são verificadas, principalmente, nas rubricas das Indenizações e Restituições, onde, para um valor projetado de R\$ 56.000,00 ocorreu uma realização de R\$ 119.440,80.

As Transferências de Convênios com o Estado demonstraram um realizado de 98,43% em comparação à projeção para o período, correspondendo a R\$ 145.183,54.

#### QUADRO 5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PREVISTAS E REALIZADAS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Previsto</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>7.315.880,00</b>	<b>6.981.216,98</b>	<b>95,43</b>
Cota parte do F P M	<b>6.435.000,00</b>	<b>5.869.472,71</b>	<b>91,21</b>

Cota parte do I T R	<b>3.200,00</b>	<b>2.993,62</b>	<b>93,55</b>
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	<b>22.000,00</b>	<b>21.800,99</b>	<b>99,10</b>
Transf.de Compens.FEP-CFEM	<b>70.800,00</b>	<b>83.923,77</b>	<b>127,01</b>
Transferências do SUS	<b>527.630,00</b>	<b>618.754,65</b>	<b>117,27</b>
Transferências do F N A S	<b>104.250,00</b>	<b>114.492,75</b>	<b>109,83</b>
Transferências do F N D E	<b>135.000,00</b>	<b>148.881,23</b>	<b>110,28</b>
Outras Transferências da União	<b>18.000,00</b>	<b>120.897,26</b>	<b>671,65</b>
<b>Transferências do Estado</b>	<b>3.184.600,00</b>	<b>3.505.882,95</b>	<b>110,09</b>
Cota Parte do I C M S	<b>2.545.000,00</b>	<b>2.679.809,43</b>	<b>105,30</b>
Cota Parte do I P V A	<b>290.000,00</b>	<b>335.126,53</b>	<b>115,56</b>
Cota Parte do IPI / Exportação	<b>65.000,00</b>	<b>38.818,66</b>	<b>59,72</b>
Cota parte da C I D E	<b>18.000,00</b>	<b>590,36</b>	<b>3,28</b>
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	<b>264.600,00</b>	<b>447.893,00</b>	<b>169,27</b>
Outras Transferências do Estado	<b>2.000,00</b>	<b>3.644,97</b>	<b>182,25</b>

Fonte:

#### 2.1.4 - Transferências do F U N D E B

#### QUADRO 6 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PREVISTAS E REALIZADAS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real /Previsto</b>
Valores Recebidos do FUNDEB	<b>700.000,00</b>	<b>690.984,37</b>	<b>98,71</b>
Valores Transferidos para o FUNDEB	<b>1.823.040,00</b>	<b>1.739.720,37</b>	<b>95,43</b>
Perda com o FUNDEB	<b>1.123.040,00</b>	<b>1.048.736,00</b>	<b>93,38</b>

Fonte:

#### 2.1.5 Receitas Correntes Intra Orçamentárias

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real /Previsto</b>
<b>Receitas Intra Orçamentárias</b>	<b>540.000,00</b>	<b>580.680,98</b>	<b>107,53</b>
Contrib. Patronal	<b>270.000,00</b>	<b>287.817,89</b>	<b>106,60</b>
Recup.Déficit Atuarial/Financeiro	<b>210.000,00</b>	<b>234.516,49</b>	<b>111,67</b>
Parcelamento de Débito	<b>60.000,00</b>	<b>58.346,60</b>	<b>97,24</b>

Fonte:

## 2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 2.745,89% do projetado. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado nesse grupo ocorreu nas receitas de transferências de capital, que demonstraram um ingresso de 22.823, 46% diante do projetado, correspondendo a R\$ 1.141.173,02.

### QUADRO 7 RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS E REALIZADAS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>43.500,00</b>	<b>1.194.463,76</b>	<b>2.745,89</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	22.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	15.000,00	17.365,24	115,77
Transferências de Capital	5.000,00	1.141.173,02	22.823,46
Outras Receitas de Capital	1.500,00	35.925,50	2.395,03

Fonte:

## 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a dezembro de 2013, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,9043, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.243.548,01. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intraorçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2013 totalizaram R\$ 11.753.699,12, valor equivalente a 98,73% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 10.069.021,96, correspondendo a 101,50% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.684.677,16, superior ao valor projetado para o período de 659.257,00.

**QUADRO 8 □ RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>11.904.955,00</b>	<b>12.997.247,13</b>	<b>109,18</b>

<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.920.698,00</b>	<b>10.069.021,96</b>	<b>101,50</b>
Pessoal e Encargos Sociais	<b>5.148.921,00</b>	<b>5.240.668,85</b>	<b>101,78</b>
Juros e Encargos da Dívida	<b>6.800,00</b>	<b>6.058,94</b>	<b>89,10</b>
Outras Despesas Correntes	<b>4.764.977,00</b>	<b>4.822.294,17</b>	<b>101,20</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>659.257,00</b>	<b>1.684.677,16</b>	<b>255,54</b>
Investimentos	<b>567.757,00</b>	<b>1.594.990,38</b>	<b>280,93</b>
Inversões Financeiras	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida	<b>91.500,00</b>	<b>89.686,78</b>	<b>98,02</b>
Outras Despesas de Capital	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.325.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reserva Contingência. Execut.Rpps	<b>1.325.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>11.904.955,00</b>	<b>11.753.699,12</b>	<b>98,73</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.243.548,01</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,9043</b>	

**Observação:** Conforme a Portaria STN nº 462/2009, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

**3.1 □ Juros e Amortização da Dívida**

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram

R\$ 6.058,94, correspondendo a 89,10% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 89.686,78, representaram um desembolso correspondente a 98,02% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 0,00, para um valor amortizado de R\$ 89.686,78 e um pagamento de juros de R\$ 6.058,94. Essa ocorrência indica então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida. Cabe salientar também que o Município tem uma dívida com o Fundo Próprio-RPPS para pagar em 20 anos e no mês de dezembro de 2010, o débito atualizado atingia o valor de R\$ 356.001,20.

### **3.2 Investimentos Realizados**

Já em relação às despesas com investimentos, ficaram acima do valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 567.757,00, apresentando uma execução de R\$ 1.594.990,38. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

**Reformas nas Escolas Criança Feliz e Emafa;**

**Aquisição de Móveis e Utensílios;**

**Aquisição de Equipamentos e Materiais permanentes diversos;**

**Aquisição de veículo para o gabinete do Prefeito;**

**Aquisição de ônibus e Microônibus para uso no Transporte Escolar;**

**Aquisição de um Espalhador de Calcário e Dejetos Sólidos;**

**Estrutura-cobertura com toldo para entrada Escola Emafa;**

**Aquisição de um Consultório Odontológico portátil;**

**Reforma da Unidade Municipal de Saúde;**

**Obra de abastecimento de água nas Linhas Maria Quitéria e Jacó Paniz-obra em andamento;**

**Pavimentação da Rua 26 de dezembro;**

**Aquisição de duas Ambulâncias para a área da saúde;**

**Aditivo para construção da Escola Infantil-Creche; em andamento**

**Obra de paisagismo em frente ao Ginásio Girolamo Sanson e Prédio da Cultura.**

### **4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF**

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, janeiro a dezembro de 2013, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 36,11% para o Executivo e de 2,75% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 11.596.391,21 e está assim discriminada:

**QUADRO 9 □ APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	12.993.673,83
( - ) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	69.319,48
( - ) Cancelamento de Restos a Pagar (Rec. Escritural)	0,00
( - ) Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.739.720,37
( - ) Contribuição dos Servidores para o R P P S	234.227,28
( - ) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	87.779,65
( - ) Rendimentos de Aplicações do R P P S	309.510,01
( - ) Deduções de outras Receitas	31.851,07
( ) Perdas com rendimentos do RPPS	26.389,24
( ) FUNDEB	1.048.736,00
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>11.596.391,21</b>

**QUADRO 10 □ DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F**

<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	<b>4.187.966,28</b>	<b>36,11</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>318.442,18</b>	<b>2,75</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>4.506.408,46</b>	<b>38,86</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

**5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 1.712.590,53, o que corresponde a 29,29% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 6**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 691.053,48, o que corresponde a 99,95% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

#### **QUADRO 11** □ **RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À**

#### **MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	485.100,00	641.555,95	132,25
Receitas de Impostos	485.100,00	641.555,95	132,25
Receitas de Transferências Constitucionais	9.360.200,00	8.948.021,94	95,60
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>9.845.300,00</b>	<b>9.589.577,89</b>	<b>97,40</b>
<b>Mínimo a Aplicar em M D E (25%)</b>	<b>2.461.325,00</b>	<b>2.397.394,47</b>	<b>97,40</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
ENSINO FUNDAMENTAL	1.126.241,00	1.068.841,04	94,90
ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,0
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,0
ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,0
EDUCAÇÃO INFANTIL	430.000,00	370.712,65	86,21
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,0
Outras Subfunções	242.600,00	325.574,55	134,20
( ) Perda com o FUNDEB	1.123.040,00	1.048.736,00	93,38
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.000,00	5.105,32	72,93

TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	2.914.881,00	2.808.758,92	96,36
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>		<b>29,29</b>	

## 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1.527.423,93, o que corresponde a 16,35% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

### QUADRO 12 □ RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A

#### AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	485.100,00	641.555,95	132,25
Receitas de Impostos	485.100,00	641.555,95	132,25
Receitas de Transferências Constitucionais	9.115.200,00	8.698.602,70	95,43
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>9.600.300,00</b>	<b>9.340.158,65</b>	<b>97,29</b>
<b>Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>1.440.045,00</b>	<b>1.401.023,80</b>	<b>97,29</b>
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	2.416.948,21	2.033.326,58	84,13
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	160.000,00	151.114,85	94,45
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.300,00	2.994,06	18,37
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	26.550,00	9.702,05	36,54
OUTRAS SUBFUNÇÕES	467.400,00	464.711,68	99,42
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.494.851,71	1.133.654,57	75,84
( - ) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	300,00	770,72	256,91
<b>TOTAL APLICADO NO PERÍODO</b>	<b>1.592.046,50</b>	<b>1.527.423,93</b>	<b>95,94</b>

## 7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA □ RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 550.130,07, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### QUADRO 13 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

<b>Especificação</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>Variação %</b>
<b>I <input type="checkbox"/> Dívida Consolidada ou Fundada</b>	523.856,37	464.354,11	11,36
(-) Ativo Disponível	2.224.427,27	2.041.990,70	8,20
(-) Haveres Financeiros	132,00	0,00	0,00
( ) Restos a Pagar Processados	48.931,92	40.361,08	17,52
<b>II <input type="checkbox"/> Dívida Consolidada Líquida</b>	- <b>1.651.770,98</b>	<b>-1.537.275,51</b>	<b>6,93</b>
<b>III <input type="checkbox"/> Receita de Privatizações</b>		<b>0,00</b>	
<b>IV <input type="checkbox"/> Passivos Reconhecidos</b>		<b>0,00</b>	
			<b>Resultado Nominal</b>
<b>V <input type="checkbox"/> Dívida Fiscal Líquida (V = III <input type="checkbox"/> IV)</b>	- <b>1.651.770,98</b>	<b>-1.537.275,51</b>	<b>114.495,47</b>

Receita Corrente Líquida	10.541.145,09	10.900.095,46
--------------------------	---------------	---------------

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 464.354,11, assim discriminados: Operações de Crédito R\$ 51.426,01, Precatórios R\$ 56.926,90 e outras dívidas (RPPS) no valor de R\$ 356.001,20. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 11,36%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida □ DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida □ RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de -14,10%, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 8- DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2013, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ 153.693,22 e R\$ 0,00, respectivamente, totalizando R\$ 220.131,12. Já as disponibilidades alcançaram R\$ 1.382.178,62. A relação □Saldo de Caixa / Restos a Pagar□, para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:

### QUADRO 14 □ DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

<b>Especificação</b>	<b>Restos a Pagar Exerc. Anteriores</b>	<b>Inscrições do Exercício</b>	<b>Disp. Financeira</b>
Recursos Livres	0,00	88.256,03	753.977,69
Recursos da Educação (MDE)	0,00	111,08	94.900,49
Recursos da Educação (FUNDEB)	0,00	0,00	379,85
Recursos da Saúde (ASPS)	0,00	0,00	1.639,29
Recursos do R P P S	0,00	0,00	7.800.232,04
Recursos Constr.Creche Municipal	13.765,28	45.770,87	159.823,65
Recursos Convênio Revitalização Praça	24.221,50	0,00	24.602,29
Recursos Rede Agua Maria Quit.Jacó Paniz	0,00	16.694,00	54.713,83
Recursos Pab	0,00	105.206,21	180.868,10
Outros Recursos	0,00	0,00	759.502,27
<b>T O T A I S -----à</b>	<b>37.986,78</b>	<b>256.038,19</b>	<b>9.830.639,50</b>

## 9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1594/2005 o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 1.185.808,68, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 412.523,12, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 773.285,56, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 7.800.232,04, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicadas em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

**QUADRO 15 □ RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Programadas</b>	<b>Realizadas</b>	<b>% Real/ Progr</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	1056.000,00	631.516,94	
<b>Receita de Contribuições</b>	225.000,00	234.227,28	
Contribuições de Servidores p/ RPPS	225.000,00	234.227,28	
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	800.000,00	309.510,01	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	31.000,00	87.779,65	
Compensação Previdenciária	31.000,00	87.779,65	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital	540.000,00	580.680,98	
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	270.000,00	287.817,89	
Contribuição Patronal do Exercício	60.000,00	58.346,60	
Contribuição Previd. □ Regime Parc.Débito			
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT</b>	210.000,00	234.516,49	
<b>OUTROS APORTES AO R P P S</b>			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>1596.000,00</b>	<b>118580868</b>	

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Programadas</b>	<b>Liquidadas</b>	<b>% Liq / Progr</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>			
Despesas Correntes	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	412.000,00	410.973,12	
Aposentadorias	320.000,00	337.452,81	
Pensões	22.000,00	19.438,85	
Outros Benefícios Previdenciários	70.000,00	54.081,46	
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS			
<b>DEMAIS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	9.000,00	1.550,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>421.000,00</b>	<b>412.523,12</b>	

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)</b>	<b>773.285,56</b>
--	-------------------

	Saldo no Início do Quadrimestre	Saldo no Final do Quadrimestre
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>7.469.134,48</b>	<b>7.800.232,04</b>

### **COMENTÁRIO FINAL**

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida  encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fabio Luis Gabiatti

Secretário da Finanças